

Expedição Demene mostra viabilidade do extrativismo racional na Amazônia

Texto de Liana John / AE

Os primeiros resultados do modelo de zoneamento econômico-ecológico, realizado pelos pesquisadores da Expedição Demene, mostram que a exploração racional da floresta amazônica é viável e pode até custar pouco. A Expedição Demene foi uma iniciativa da Agência Estado, em conjunto com o Núcleo de Monitoramento Ambiental (NMA-Embrapa), com o apoio da Universidade Paulista (UNIP-Objetivo). Durante a última quinzena de agosto, pesquisadores, educadores e jornalistas percorreram o alto rio Demene, na divisa dos estados do Amazonas e Roraima, para fazer os levantamentos de campo necessários à realização de um modelo de zoneamento econômico-ecológico.

Após a análise dos dados de campo e dos mapas criados a partir de imagens de satélite e sistemas de informação geográfica os pesquisadores acabaram de projetar os primeiros cenários de desenvolvimento para a região, que ainda é bastante despovoada e preservada. O zoneamento começou pela classificação ecológica da área escolhida, que abrange, 1,83 milhão de hectares. No total, foram classificadas 36 unidades ecológicas diferentes no alto Demene, reforçando a impressão inicial dos pesquisadores de que a área escolhida é uma das mais diversificadas da Amazônia brasileira. Ao mesmo tempo em que abriga alta biodiversidade, entretanto, o alto Demene é também marcado pela extrema pobreza dos solos e baixa produtividade da vegetação. Cruzando por computador os dados dos cinco principais mapas resultantes da expedição, os pesquisadores podem hoje responder quais dentre estas unidades as mais sensíveis, as mais frágeis, as mais ameaçadas e as menos ameaçadas, e traçar cenários que ajudem a planejar a ocupação racional da área.

Em todos os cenários de futuro traçados a título de ensaio pelos pesquisadores, as unidades mais ameaçadas pelo homem são os chamados diques marginais. Na linguagem local, os diques marginais são barrancos de terra firme que chegam até a margem dos rios, onde estão instaladas a maioria das comunidades de ribeirinhos. Nestes diques marginais, a floresta de terra firme,



mais densa e rica em espécies passíveis de exploração, está próxima dos canais de escoamento dos produtos extrativos, ou seja, está nas beiras dos rios. "Nestas áreas estão as madeiras que têm mercado; estão as sorveiras, árvores das quais se tira látex; está a caça que alimenta os ribeirinhos; ocorre o solo menos pobre, onde a agricultura é possível e tudo junto dos canais de escoamento, que são chaves para qualquer tipo de exploração. Daí serem estas as unidades ecológicas mais ameaçadas", explica Evaristo Eduardo de Miranda, pesquisador do Núcleo de Monitoramento Ambiental, NMA-Embrapa, e coordenador da Expedição Demene.

No lado oposto da escala de áreas sensíveis, frágeis e ameaçadas estão as unidades definidas pelos pesquisadores como deltas interiores ou planícies de inundação fluvial. São depressões localizadas entre os leitos dos rios

principais, de água estagnada, solos extremamente pobres, baixíssima produtividade e acesso muito difícil. "Estas estão protegidas por sua própria natureza: não há o que extrair de lá, não há como chegar de barco porque o capim alto dificulta a navegação e não há vias terrestres pois a profundidade da água impede a caminhada", complementa Miranda.

A classificação das unidades de acordo com seu grau de sensibilidade e fragilidade e conforme sua dinâmica ecológica serve, por exemplo, para definir áreas de proteção e conservação, organizar o uso da terra e delimitar as zonas de extrativismo com critérios que unam a preservação ao desenvolvimento. Mas tal classificação é apenas um dos muitos detalhes do zoneamento realizado no Demene. Para seu coordenador, o mais importante é ter em mente que o zoneamento é detalhado, digitalizado e dinâmico.